



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99162-2621) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2454 30/08/2022

Reajuste salarial

SEMANA É DECISIVA PARA QUE GOVERNO ENVIE PROPOSTA DO ORÇAMENTO 2023 AO CONGRESSO

Na semana passada, a imprensa divulgou que houve uma redução de 11% no valor que estaria destinado aos servidores no Orçamento 2023. Dos antes R\$ 11,7 bilhões previstos, a LDO para 2023 deverá trazer R\$ 10,5 bi. Em reunião com o Fonasefe no último dia 23 o Ministério da Economia havia informado que ainda não existia definição sobre qual será o montante destinado a servidores no orçamento.

O diálogo com o governo Bolsonaro permanece inviável. A categoria vai buscar junto a parlamentares a construção de uma proposta de orçamento justo e possível para viabilizar investimentos urgentes e a garantia de reposição salarial ao funcionalismo. "Nossa luta seguirá dentro do parlamento. Inclusive combatendo a PEC 32, da famigerada reforma Administrativa, que ainda ameaça o setor público", reforçou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Na quarta, 31, dia que termina o prazo para chegada da proposta de orçamento ao Congresso, haverá ato no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados em defesa dos servidores e serviços públicos. De 9h às 12h, a Condsef/Fenadsef também realiza com servidores de sua base e entidades filiadas um seminário para discutir eleições gerais e os desafios dos servidores públicos nesse cenário.

Saiba mais em www.condsef.org.br

Saiu na mídia!

O DESMONTE DO IBAMA EM RELATÓRIO

Relatório do TCU sobre o Ibama aponta uma série de disparidades nos processos administrativos do órgão ambiental ligado do Governo Federal

Em auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou tempo excessivo para a conclusão de processos administrativos, além de demora no sistema de notificação de multas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Além disso, relatório mostra que há descompasso entre o número de autuações de novos processos

e o ritmo de julgamento em primeira instância da autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

O arrastar para a tramitação de processos administrativos amplia o risco de impunidade. Para se ter ideia, a estimativa é que 4.728 processos prescrevam em 2022, mais 16.705 em 2023 e 37.204 em 2024, conforme dados do próprio Ibama.

Também foi levantado que há desigualdade no desempenho do órgão entre as Unidades da Federação. No documento do TCU, dentre as 27 presenças no País, vê-se que o órgão no Amapá conseguiu julgar em primeira instância 167,7% dos processos autuados em 2021, enquanto o Piauí concluiu apenas 9,4%.

O Ceará ficou com o sétimo pior índice nesta base de comparação, quando foram autuados 633 processos em primeira instância e julgados 155, ou seja, 24,5%. Em 2019, esse índice chegou a ser de 136,7%, quando 766 foram autuados e 1.047 julgados. Já em 2020 foi que o percentual reduziu bastante, com 697 autuações e 134 julgamentos, o equivalente a 22,1% de eficiência.

Diante do exposto, a Corte recomendou ao Ibama realizar um plano de ações, com cronograma, definição de responsáveis, datas e atividades acerca das medidas a serem adotadas para superar os problemas encontrados. O prazo dado é de 60 dias.

Por Beatriz Carvalho para www.opovo.com.br

PRIORIDADE E REDUÇÃO DE IMPOSTOS NO GOVERNO BOLSONARO



Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!